CONCURSO PRÊMIO FENAFIM/SENAM – 2025

CATEGORIA: PROFISSIONAL

Jogos Online e Tributação no Brasil: Um Mercado Bilionário sob a Lupa do Fisco Municipal e as Perspectivas com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

RESUMO

O presente trabalho analisa a profunda transformação na tributação do mercado de apostas de quota fixa (BETs) no Brasil, um setor de crescimento exponencial que, por anos, operou em uma zona de notável incerteza fiscal. Sob a égide da Lei Complementar nº 116/2003, a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) mostrou-se ineficaz, marcada por uma acirrada guerra fiscal entre municípios, pela indefinição do local da prestação do serviço em ambiente digital e pela ambiguidade na determinação de sua base de cálculo. Este estudo parte da análise desses desafios crônicos, que resultaram em uma arrecadação residual frente ao vasto potencial econômico da atividade. Neste contexto, a Reforma Tributária, regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, emerge como um divisor de águas. O estudo dissecou o regime específico instituído para os "Concursos de Prognósticos" (Título V, Capítulo IV da LC 214/2025), demonstrando como a nova sistemática do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) soluciona os impasses históricos.

Palavras-chave: Concurso de Prognósticos. Apostas Online. Apostas de quota fixa. BETS. Tributação Municipal. ISSQN. IBS.

INTRODUÇÃO

O Brasil testemunha, nos últimos anos, a ascensão meteórica de um novo gigante econômico: o mercado de apostas online, popularmente conhecido como 'BETs'.

O que parece uma brincadeira inofensiva ou um mero mecanismo de entretenimento em meio a atividades esportivas diversas, na realidade movimentou cerca de 20 a 30 bilhões por mês de janeiro a março de 2025, segundo o secretário-executivo do Banco Central (Rogério Lucca).

Um levantamento da consultoria “Aposta Legal” constatou que, no primeiro trimestre de 2025, os sites de apostas online registraram mais de 5 bilhões de acessos, o que equivale a 650 acessos por segundo.

Atualmente, as casas de apostas patrocinam todos os clubes da Série A do campeonato brasileiro de futebol, sendo certo que em 90% dos times trata-se do patrocínio Master.

As BETs começam, a passos discretos, mas ambiciosos, a se introduzir nos *naming rights* dos estádios. No Nordeste, duas arenas tradicionais ganharam novos nomes: “Casa de Apostas Arena Fonte Nova”, em Salvador, e “Casa de Apostas Arena das Dunas”, em Natal.

Contudo, essa expansão vertiginosa ocorreu, em grande medida, à margem de uma tributação efetiva, gerando um descompasso entre o potencial arrecadatório e a receita efetivamente auferida pelos entes públicos, em especial os Municípios.

A recente regulamentação da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, por meio da Lei nº 14.790/2023, trouxe à tona um debate tributário de extrema relevância: como tributar de forma eficiente uma atividade econômica essencialmente digital, transfronteiriça e de enorme capilaridade? Sob a égide da Lei Complementar nº

116/2003, os Municípios se depararam com obstáculos quase intransponíveis, como a definição do local da prestação do serviço e da correta base de cálculo do ISSQN, resultando em uma guerra fiscal latente e uma arrecadação pífia.

Este trabalho se propõe a analisar a complexa jornada tributária deste setor, partindo das dificuldades e da inércia municipal na cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), até as profundas transformações trazidas pela Reforma Tributária, com a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e seu regime específico para concursos de prognósticos, conforme delineado na Lei Complementar nº 214/2025.

Demonstra-se, ao final, como a nova sistemática do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) pretende pacificar os conflitos e criar um ambiente de maior segurança jurídica e potencial arrecadatório para todos os entes federados.

1 O MARCO REGULATÓRIO E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DAS APOSTAS DE QUOTA FIXA

1.1 Marco regulatório

A análise tributária de qualquer setor econômico exige, primeiramente, a compreensão de sua estrutura legal e dos conceitos operacionais que definem sua atividade.

A exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa foi inicialmente criada pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Contudo, a norma carecia de regulamentação, o que deixou o setor operando por anos em uma zona de incerteza jurídica.

A efetiva estruturação regulatória veio com a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que alterou a lei anterior e estabeleceu as diretrizes para a exploração da atividade. A principal diretriz foi a instituição de um regime de autorização, em caráter oneroso, a ser expedida pelo Ministério da Fazenda, que passou a ser o órgão central de regulação e fiscalização do setor.

Para exercer tal competência, foi criada a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA/MF), órgão que se tornou o epicentro normativo e de controle da atividade em território nacional. A SPA/MF vem editando uma série de portarias que detalham as obrigações dos agentes operadores, abrangendo desde os requisitos técnicos e de segurança dos sistemas e os procedimentos de pagamento, até as regras sobre jogo responsável e publicidade. Esse arcabouço normativo visa garantir a integridade das operações, a segurança dos apostadores e, fundamentalmente, a transparência necessária para a correta fiscalização tributária.

1.2 Conceitos fundamentais

A compreensão da terminologia específica do setor é vital para a correta aplicação das normas tributárias.

Os conceitos a seguir, extraídos da legislação e dos atos normativos da SPA/MF, são basilares.

1.2.1 Aposta de Quota Fixa: Trata-se de uma modalidade lotérica que se caracteriza pelo fato de o apostador saber, no exato momento da efetivação da aposta, qual será o fator de multiplicação a ser aplicado sobre o valor apostado em caso de acerto do prognóstico. Essa previsibilidade da premiação potencial é o que a distingue de outras modalidades lotéricas.

1.2.2 Objetos da Aposta: As apostas de quota fixa podem ter como objeto (i) eventos reais de temática esportiva, que são competições e jogos cujo resultado é desconhecido no momento da aposta, e (ii) eventos virtuais de jogos on-line, cujo resultado é determinado por um gerador randômico de números, símbolos ou figuras.

1.2.3 Turnover (Produto da Arrecadação): Este conceito refere-se ao montante financeiro total apostado pelos jogadores em um determinado período. Ou seja, refere-se a todos os valores colocados em risco pelos apostadores, na expectativa de uma premiação. Embora represente o volume total de dinheiro que transita pela plataforma, não se confunde com a receita da empresa, pois parte deste valor é devolvido aos apostadores na forma de prêmios.

1.2.4 Gross Gaming Revenue (GGR) ou Receita Bruta de Jogos: O GGR é o conceito econômico e contábil que representa a receita efetiva do agente operador. É o valor que remunera a empresa pela prestação do serviço de apostas, intermediação e disponibilização da plataforma. Conforme o artigo 30 da lei 13.756/2018 e com base na Nota Técnica SEI nº 229/2025/MF, o GGR é o produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III [pagamento de prêmios] e V [pagamento do imposto de renda sobre a premiação] do art. 30 da Lei nº 13.756/18.

Sua fórmula pode ser expressa como:

$$\text{GGR} = \text{Valor total apostado (turnover)} - \text{prêmios pagos.}$$

A correta identificação do GGR é o pilar para a determinação da base de cálculo dos tributos sobre o consumo, como o ISSQN e, futuramente, o IBS e a CBS.

1.2.5 Conta Gráfica e Conta Transacional: A regulamentação (Portaria SPA/MF nº 615/2024) instituiu um mecanismo fundamental de segregação patrimonial.

A Conta Gráfica é a conta virtual no sistema do operador onde o apostador gerencia seus recursos. Os fundos dos apostadores, por sua vez, devem ser mantidos em uma outra conta, a conta transacional.

A Conta Transacional, que é uma conta de depósito ou pagamento de titularidade do agente operador, mas cujo patrimônio é segregado, não se confundindo com o patrimônio do operador e não respondendo por suas obrigações. Essa medida, alinhada ao art. 22 da Lei nº 14.790/2023, visa proteger o saldo dos apostadores e garantir a liquidez para o pagamento de prêmios.

1.2.6 Bônus e outras vantagens: Os agentes operadores frequentemente oferecem bônus e outras vantagens aos apostadores. A Nota Técnica SEI nº 229/2025/MF, com base na Portaria SPA/MF nº 1.231/2024, foi crucial para classificar essas recompensas e definir seu impacto na base de cálculo do GGR.

As recompensas dividem-se em:

a) Não Financeiras: São aquelas que não geram contabilização na conta gráfica do apostador. É possível citar como exemplos as rodadas grátis (*free spins*) ou as apostas grátis (*free bets*). Por não terem natureza financeira, **não compõem a base de cálculo do GGR.**

b) Financeiras: Que geram crédito na conta gráfica do apostador. É possível mencionar os bônus financeiros e os *cashbacks*. Subdividem-se em:

- **b.1) Sacáveis:** O apostador pode sacar o valor ou utilizá-lo em novas apostas. Tais recompensas só compõem a base de cálculo do GGR se o recurso for efetivamente utilizado em uma aposta.
- **b.2) Não Sacáveis:** O valor só pode ser utilizado para a realização de novas apostas. Neste caso, a Nota Técnica estabelece um ponto crucial para a fiscalização: o valor ofertado como recompensa não sacável deve, de imediato,

compor a base de cálculo do GGR, independentemente da realização da aposta em si, pois sua única destinação é a realização de novas apostas, tratando-se de um incentivo financeiro direto à operação.

A clareza desses conceitos, trazida pelo novo marco regulatório, é fundamental para superar as ambiguidades que dificultavam a tributação do setor e para viabilizar a transição para um modelo tributário mais eficiente e justo, como se analisará nos capítulos subsequentes.

2 A TRIBUTAÇÃO DO ISSQN E AS ATIVIDADES DAS BETS

A expansão do mercado de apostas de quota fixa no Brasil encontrou um sistema tributário municipal concebido em uma era pré-digital, resultando em uma série de desafios jurídicos e práticos que, em grande medida, levaram à ineficácia da arrecadação. A análise da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), regido pela Lei Complementar nº 116/2003, revela as razões estruturais para a baixa exploração fiscal dessa atividade pelos municípios.

2.1 Enquadramento legal na lista de serviços

O primeiro passo para a tributação de um serviço pelos municípios é o seu enquadramento em um dos itens da lista anexa à LC 116/2003. A atividade desenvolvida pelas casas de apostas, que consiste na oferta de plataformas para a realização de prognósticos, na gestão das apostas, na definição das quotas (prêmios) e na intermediação dos pagamentos, amolda-se com clareza ao subitem **19.01** da referida lista.

Conforme a **Lei Complementar nº 116/2003**:

Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

A descrição "serviços de distribuição e venda de [...] cupons de apostas, sorteios, prêmios" é suficientemente ampla para abranger a atividade das BETs, que, em essência, organizam e comercializam um produto lotérico baseado em apostas sobre eventos futuros.

2.2 O principal obstáculo: o conflito de competência e o local da prestação do serviço

Apesar de um enquadramento aparentemente claro, a principal barreira para a tributação municipal reside na definição do sujeito ativo da obrigação tributária, ou seja, qual município tem a competência para cobrar o ISSQN. A regra geral, estabelecida no caput do art. 3º da LC 116/2003, vincula a competência ao local do estabelecimento prestador.

Dispõe o art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003:

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (...)

Para serviços tradicionais, prestados em um local físico e determinado, a regra é de fácil aplicação. Contudo, para serviços 100% digitais como os das apostas online, a definição de "estabelecimento prestador" torna-se fluida e controversa:

- Seria a **sede administrativa** da empresa no Brasil?
- O local onde estão hospedados os **servidores de dados** que processam as apostas?
- Ou o **domicílio do apostador**, que é onde o serviço é, de fato, consumido e onde a riqueza é gerada?

As exceções previstas nos incisos do art. 3º da LC 116/2003 não solucionam o impasse para os serviços de aposta. O subitem 19.01 não está listado entre as exceções que deslocam a competência para o local do tomador do serviço. Essa lacuna legislativa cria uma severa distorção: o município onde a empresa de aposta decide registrar sua sede torna-se o único competente para arrecadar o ISSQN sobre a totalidade de suas operações no Brasil, mesmo que os apostadores estejam espalhados por todos os mais de 5.500 municípios do país.

Essa centralização da competência é a raiz da **guerra fiscal**, incentivando empresas a se sediarem em municípios com alíquotas reduzidas ou outros benefícios fiscais (muitas vezes desrespeitando o artigo 8-A da LC 116/03, que estipula a alíquota mínima do ISSQN), e gera uma dificuldade prática intransponível para a fiscalização por parte dos demais entes.

Um auditor fiscal de um município do interior, por exemplo, não possui os meios legais ou práticos para auditar os sistemas e a contabilidade de uma empresa sediada a milhares de quilômetros, muito menos no exterior, como ocorria antes da regulamentação.

2.3 A incerteza sobre a base de cálculo: o "preço do serviço"

Outro pilar da insegurança jurídica na tributação das BETs pelo ISSQN é a definição de sua base de cálculo. O **art. 7º da Lei Complementar nº 116/2003** é sucinto e genérico:

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

A questão que se impõe é: qual é o "preço do serviço" em uma operação de aposta?

Existem duas interpretações possíveis, com consequências econômicas drasticamente distintas:

- i) **Turnover (Valor Total Apostado)**: Se considerado que o preço do serviço é o valor total desembolsado pelo apostador, a tributação incidiria sobre todo o montante de apostas. Essa interpretação é economicamente insustentável e juridicamente questionável, pois levaria a uma tributação com efeito de confisco, vedada pelo art. 150, IV, da Constituição Federal. O *turnover* não representa receita para o agente operador; é, em sua maior parte, um montante transitório que será devolvido aos apostadores vencedores na forma de prêmios.
- ii) **Gross Gaming Revenue (GGR)**: Esta é a interpretação mais racional e alinhada à realidade econômica da atividade. O "preço do serviço" é, em essência, a remuneração que a empresa de apostas auferir por organizar, intermediar e garantir as operações. Esse valor corresponde exatamente ao GGR (Receita Bruta de Jogos), que é o valor total das apostas deduzido dos prêmios pagos.

Apesar de o GGR ser a base de cálculo lógica, a ausência de uma previsão explícita na LC 116/2003 e nas legislações municipais para o subitem 19.01 gera uma insegurança que desestimula a cobrança por parte dos municípios e abre margem para infundáveis discussões judiciais.

Essa indefinição, somada ao conflito de competência, culmina na quase completa inércia dos municípios na tributação de um dos setores que mais crescem no país, representando uma renúncia de receita de enorme magnitude.

3 PERSPECTIVAS COM A REFORMA TRIBUTÁRIA (LC 214/2025).

Após a análise das profundas dificuldades estruturais na aplicação do ISSQN ao setor de apostas de quota fixa, que resultam em insegurança jurídica, guerra fiscal e ineficiência arrecadatária, este capítulo se volta para o futuro. A Reforma Tributária, materializada em especial pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), propõe uma mudança de paradigma. A criação de um regime específico para "Concursos de Prognósticos" visa endereçar, de forma direta e sistemática, cada um dos problemas crônicos identificados no modelo anterior.

3.1 A criação de um regime específico para concursos de prognósticos

O primeiro e mais significativo avanço da nova legislação é o reconhecimento da singularidade do setor de apostas, tratando-o não mais de forma genérica dentro de um rol de serviços, mas por meio de um regime próprio. O **Capítulo IV do Título V da Lei Complementar nº 214/2025** é inteiramente dedicado a essa matéria.

O **Art. 244** da referida lei estabelece de forma inequívoca o escopo de aplicação, sanando qualquer dúvida sobre o enquadramento da atividade:

Art. 244. Os concursos de prognósticos, em meio físico ou virtual, compreendidas todas as modalidades lotéricas, incluídos as apostas de quota fixa e os sweepstakes, as apostas de turfe e as demais apostas, ficam sujeitos a regime específico de incidência do IBS e da CBS, de acordo com o disposto neste Capítulo.

Ao criar um regime específico, o legislador reconhece a necessidade de regras próprias para a base de cálculo, alíquotas e obrigações acessórias, afastando as ambiguidades da legislação do ISSQN.

3.2 A solução para a base de cálculo: consagração legal com base no GGR

Conforme discutido no capítulo anterior, uma grande controvérsia sob a LC 116/2003 era a definição do "preço do serviço". A LC 214/2025 soluciona essa questão de maneira definitiva, alinhando a base de cálculo tributária à realidade econômica da atividade.

O Art. 245 da Lei Complementar nº 214/2025 positiva um conceito inspirado no *Gross Gaming Revenue* (GGR) como a base sobre a qual incidirão o IBS e a CBS:

Art. 245. A base de cálculo do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos é a receita própria da entidade decorrente dessa atividade, correspondente ao produto da arrecadação, com a dedução de:

I - premiações pagas; e

II - destinações obrigatórias por lei a órgão ou fundo público e aos demais beneficiários.

Parágrafo único. As premiações pagas não ficam sujeitas à incidência do IBS e da CBS.

Essa definição é crucial. Ao estipular que a base de cálculo é o "produto da arrecadação" (o *turnover*) com a dedução de premiações pagas e destinações obrigatórias por lei (exemplo: art. 195, inciso III, da CF c/c art. 30, § 1º-A, Lei 13.756/18), a lei efetivamente institui um valor mais alinhado à realidade operacional como base de cálculo. Isso confere total segurança jurídica ao agente operador e à autoridade fiscal, eliminando a tese insustentável de tributação sobre o valor total apostado e focando o tributo naquilo que de fato remunera o prestador do serviço.

Além disso, é de extrema importância ressaltar que, em virtude de a atividade de concurso de prognósticos ser considerada prejudicial à saúde e ao meio ambiente, nos termos do artigo 409 da LC 214/2025, sobre tal atividade incide o Imposto Seletivo.

Art. 409. Fica instituído o Imposto Seletivo, de que trata o inciso VIII do art. 153 da Constituição Federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

§ 1º Para fins de incidência do Imposto Seletivo, consideram-se prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente os bens classificados nos códigos da NCM/SH e o carvão mineral, e os serviços listados no Anexo XVII, referentes a:
(...)

VII - concursos de prognósticos e *fantasy sport*.

Nestes termos, cabe frisar que o imposto seletivo compõe a base de cálculo do IBS e do ISS, conforme o artigo 153, §6º, inciso IV, da Constituição Federal.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

(...)

VIII - produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

(...)

§ 6º O imposto previsto no inciso VIII do **caput** deste artigo:

IV - integrará a base de cálculo dos tributos previstos nos arts. 155, II, 156, III, 156-A e 195, V;

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

(...)

Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Logo, a verificação desse tributo da União é bem relevante aos entes municipais, pois integrará a base de cálculo, havendo relevante repercussão econômica.

3.3 O fim da guerra fiscal: alíquotas nacionalmente uniformes

O conflito de competência gerado pela regra do "estabelecimento prestador" do art. 3º da LC 116/2003 fomentou a guerra fiscal, com municípios competindo por meio de alíquotas reduzidas e outros benefícios fiscais para atrair sedes de empresas. O novo modelo quebra essa lógica ao desvincular a alíquota da localização do prestador.

O **Art. 246 da Lei Complementar nº 214/2025** estabelece a uniformidade nacional das alíquotas aplicáveis ao setor:

Art. 246. As alíquotas do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos são nacionalmente uniformes e correspondem à soma das alíquotas de referência das esferas federativas.

Isso significa que a carga tributária do IBS e da CBS sobre uma aposta será a mesma independentemente de onde o agente operador esteja sediado.

A alíquota será composta pela soma das alíquotas de referência (federal, para a CBS; estadual e municipal, para o IBS), neutralizando qualquer vantagem competitiva baseada em planejamento tributário geográfico dentro do Brasil.

3.4 A solução para o local da prestação: tributação efetiva no destino

O princípio basilar da reforma, a tributação no destino, é o que garante a justa distribuição da receita tributária. Para os serviços digitais, sua efetivação depende da capacidade do sistema de identificar o local do consumo. Para as apostas, a LC 214/2025 cria a ferramenta para isso por meio de uma obrigação acessória clara.

O **Art. 248 da Lei Complementar nº 214/2025** determina:

Art. 248. A empresa que opera concursos de prognósticos deverá apresentar obrigação acessória, na forma do regulamento, contendo, no mínimo, informações sobre o local onde a aposta é efetuada e os valores das apostas e das premiações pagas.

Parágrafo único. Caso as apostas sejam efetuadas de forma virtual, na obrigação acessória de que trata o caput deste artigo, deverá ser identificado o apostador.

A consequência prática deste dispositivo é transformadora. Ao exigir a identificação do apostador em operações virtuais, o sistema do Comitê Gestor do IBS poderá vincular o fato gerador ao domicílio deste consumidor. Com isso, o produto da arrecadação do IBS (composto pela parcela estadual e municipal) será destinado de forma automática e correta ao Estado e ao Município onde o serviço foi efetivamente consumido.

Encerra-se, assim, a anomalia do sistema anterior, no qual um único município-sede acumulava todo o potencial de arrecadação, enquanto milhares de outros, onde residem os apostadores que geram a riqueza, ficavam à margem da tributação. O novo modelo promove uma distribuição de receita federativamente mais justa e alinhada à realidade econômica do fato gerador.

CONCLUSÃO

O percurso da tributação sobre as apostas online no Brasil é um retrato fidedigno dos desafios que a economia digital impõe aos sistemas fiscais tradicionais. Conforme demonstrado ao longo deste trabalho, o setor emergiu e se consolidou em um ambiente de notável potencial econômico, mas de profunda incerteza tributária.

A análise da legislação anterior, centrada no Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), revelou um modelo inadequado e ineficaz para capturar a essência da atividade. A indefinição quanto ao local da prestação do serviço e à correta base de cálculo criaram um vácuo arrecadatório e fomentaram uma guerra fiscal latente, na qual a grande maioria dos municípios, onde de fato residem os apostadores, permaneceu à margem da arrecadação.

O ponto de inflexão se deu com o advento de um novo e robusto marco regulatório, capitaneado pela Lei nº 14.790/2023, e, de forma definitiva, com a promulgação da Reforma Tributária. A instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), por meio da Lei Complementar nº 214/2025, representa não uma mera alteração, mas uma solução estrutural para os dilemas que paralisavam a tributação do setor.

A criação de um regime específico para "Concursos de Prognósticos" foi a medida cirúrgica que o ordenamento jurídico necessitava. Este novo regime solucionou as três principais controvérsias do sistema anterior de forma clara e objetiva:

1. **A Base de Cálculo:** O **art. 245 da LC 214/2025** pôs fim à discussão ao consagrar a receita das apostas deduzida dos prêmios pagos e das destinações obrigatórias por lei como a base de cálculo do tributo. Tal medida alinha o critério tributário à realidade econômica da atividade, conferindo segurança jurídica e racionalidade ao tributo.
2. **A Guerra Fiscal:** O **art. 246 da LC 214/2025** neutralizou a competição predatória entre os municípios ao estabelecer alíquotas nacionalmente uniformes, atreladas às alíquotas de referência das esferas federativas. A localização da sede do agente operador tornou-se, para fins de alíquota, irrelevante.
3. **O Local da Prestação:** O princípio da tributação no destino, pilar do IBS, foi viabilizado pelo **art. 248 da LC 214/2025**, que tornou mandatória a identificação do apostador. Essa obrigação acessória é a chave operacional que permite ao Comitê Gestor do IBS direcionar o produto da arrecadação do imposto ao Estado e ao Município onde o serviço é efetivamente consumido.

Diante desse novo paradigma, o papel do auditor fiscal municipal sofrerá uma transformação fundamental. A antiga e muitas vezes infrutífera tarefa de tentar fiscalizar empresas sediadas em outras jurisdições cederá lugar a uma atuação mais estratégica e analítica.

Em síntese, a transição do ISSQN para o IBS no setor de apostas de quota fixa é um caso exemplar da modernização tributária brasileira. O novo modelo abandona a incerteza e o conflito em favor da clareza, da cooperação e da justiça fiscal, com o potencial de transformar um mercado antes fiscalmente inexplorado em uma fonte de receita estável e equitativamente distribuída entre todos os entes da federação.

O sucesso dessa empreitada dependerá, agora, da eficaz implementação e governança do Comitê Gestor e da capacidade das administrações tributárias de se adaptarem a este novo e colaborativo ambiente fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 ago. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13756.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez. 2023. Edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14790.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Prêmios e Apostas. **Legislação**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/apostas-de-quota-fixa/legislacao/apostas>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jan. 2025. Edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Prêmios e Apostas. **Nota Técnica SEI nº 229/2025/MF**. Assunto: Cálculo da Receita Líquida de Apostas (Gross Gaming Revenue - GGR) para fins de destinações financeiras de que trata a Lei nº 13.756, de 2018. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/secretaria-de-premios-e-apostas/apostas-de-quota-fixa/sei_47749330_nota_tecnica_229. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Prêmios e Apostas. Portaria SPA/MF nº 1.231, de 31 de julho de 2024. Estabelece regras e diretrizes para o jogo responsável e para as ações de comunicação, de publicidade e propaganda e de marketing, e regulamenta os direitos e deveres de apostadores e de agentes

operadores. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 ago. 2024. Seção 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-spa/mf-n-1.231-de-31-de-julho-de-2024-575670297>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MORELLI, Robson; JUNIOR, Gonçalo. Bets estão em todos os times da Série A e injetam milhões em patrocínio e até contratações. **O Estado de S. Paulo**, 10 mar. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/bets-estao-em-todos-os-times-da-serie-a-e-injetam-milhoes-em-patrocinio-e-ate-contratacoes/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

OLIBONI, Mateus. Os três números que mostram o mercado gigantesco das bets no Brasil. **Exame**, 14 fev. 2024. Disponível em: <https://exame.com/brasil/os-tres-numeros-que-mostram-o-mercado-gigantesco-das-bets-no-brasil/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ROSA, Bruno; NOGUEIRA, Danielle. Bets: apostadores gastam até R\$ 30 bi por mês no Brasil, segundo Banco Central. **O Globo**, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/08/bets-apostadores-gastam-ate-r-30-bi-por-mes-no-brasil-segundo-banco-central.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.